

# **CAPÍTULO 4**

## **Mobilidade acadêmica brasileira para Portugal: uma estratégia viável para a formação de redes associativas e diáspora acadêmica?**

Thais França e Beatriz Padilla  
ISCTE, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia,  
Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

### **1. INTRODUÇÃO**

No contexto internacional da mobilidade acadêmica, desde o final dos anos 1990, Portugal tem-se tornado um destino muito procurado por estudantes, acadêmicos/as e instituições brasileiras para a realização de atividades de formação, desenvolvimento de projetos de investigação conjuntos e promoção de encontros internacionais. São inúmeros os motivos que estão na base dessa cooperação, desde os laços históricos que atravessam os dois países, a proximidade linguística, o aumento dos investimentos em programas de internacionalização da

academia e da ciência feitos tanto pelo lado do Estado português, principalmente a partir da criação da Fundação para Ciência e Tecnologia em 1995, e os fundos destinados à educação superior e ao desenvolvimento acadêmico disponibilizados pela União Europeia, como pelo lado do Estado brasileiro que desde a década de 1990 implementa ações focadas no desenvolvimento do sistema de pós-graduação no país e no aumento da oferta de bolsas de estudos para o exterior (HOSTIN, 2006; FRANÇA & PADILLA, 2016).

Por conta da crescente intensificação do intercâmbio acadêmico entre os dois países, novos estudos têm surgido para analisar suas principais características e possíveis desdobramentos (FONSECA, et. al 2016; FRANÇA & PADILLA, 2016; IORIO, 2014). Contudo, essas investigações enfocam principalmente em questões ligadas à mobilidade estudantil e acadêmica e sua relação com as políticas migratórias, descuidando das políticas relacionadas com a diáspora científica.

Reconhecendo o papel fundamental das redes e associações internacionais de acadêmicos/as como uma estratégia de consolidação dos objetivos da mobilidade internacional no que diz respeito a circulação de conhecimento, fortalecimento do sentimento de diáspora, manutenção de laços com o país de origem, este capítulo almeja analisar o papel das redes e associações acadêmicas nas experiências de investigadores/as e estudantes brasileiros/as no exterior, especificamente em Portugal. Para tanto, metodologicamente recorre à análise de entrevistas em profundidade conduzidas com 10 acadêmicos/as

do Brasil a realizar suas atividades em Portugal, com um representante de uma das principais e mais antigas associações de imigrantes brasileiros/as no país que se ocupa da problemática de imigração brasileira desde uma perspectiva mais geral (Casa do Brasil de Lisboa), um representante de uma associação de estudantes e pesquisadores com foco principalmente em questões acadêmicas (APEB-Coimbra) e representantes da embaixada brasileira em Portugal e do consulado brasileiro na cidade do Porto.

## **2. A MOBILIDADE ACADÊMICA ENTRE BRASIL E PORTUGAL**

Ao longo dos últimos 20 anos, a mobilidade acadêmica entre Brasil e Portugal ganhou um novo impulso devido a vários e complexos motivos. Esta tendência tem antecedentes históricos relevantes, entre eles o passado colonial que liga os dois países e a tradição existente desde o Brasil-colônia, que continuou após sua independência até o século XX, de envio dos/as filhos/as da elite econômica para dar continuidade aos estudos em Portugal, em virtude da inexistência de universidades no país. Um outro fator que propicia essa mobilidade é o idioma em comum (ANÍSIO,1989; SANTOS & ALMEIDA FILHO, 2000).

Na atualidade ressalta-se o fato de que a partir de finais dos anos 1990, Portugal vivenciou um dos períodos mais relevantes para o desenvolvimento da ciência nacional: a consolidação da agência nacional de fomento à investigação científica denominada

Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT), o estabelecimento do processo de avaliação internacional dos centros de investigações e das produções acadêmicas, a criação de novos postos (embora precários) para investigadores/as, cientistas e docentes e os investimentos em programas de internacionalização e cooperação acadêmico-científica internacional, principalmente com fundos Europeus (FCT, 2016; HASANEFENDIC, 2016; PINA-CABRAL, 2011; SOUSA, 2000).

Quase concomitantemente, durante o início dos anos 2000, o Brasil experimentou um crescimento significativo dos investimentos para programas de internacionalização, entre eles, um aumento no número de bolsas para formação no exterior, a celebração de novos convênios e mais financiamento para projetos de cooperação internacional (LAUS, 2012; LAUS & MOROSINI, 2005). Nesse mesmo período, a ciência e a academia portuguesas estavam mais consolidadas e fortalecidas e Portugal despontou como um parceiro conveniente para o Brasil pela possibilidade de funcionar como porta de entrada para a academia da União Europeia (FRANÇA & PADILLA, 2016).

Logo em seguida, a crise econômica que se instalou em Portugal em meados dos anos 2000 (SOEIRO & CAMPOS, 2011) e que em 2011 levou à implementação de medidas de austeridade e drásticos cortes no orçamento para as ciências, tecnologias e educação obrigou universidades, laboratórios e centros de investigação a procurar outras fontes de financiamento. Uma vez que o Brasil ainda dispunha de grandes investimentos nessas áreas, as

instituições portuguesas buscaram fortalecer os laços e as parcerias com a ex-colônia (FRANÇA & PADILLA, 2016).

O estreitamento dos vínculos tem sido promovido através de diferentes ações, alguma delas de carácter amplo e alargado oferecem um novo enquadramento para as relações bilaterais, como o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Portugal e o Brasil, que assegura a revalidação dos diplomas universitários emitidos entre os dois países. Outras ações de carácter mais restrito são exclusivas da colaboração no domínio científico, como os programas CAPES/IGC (2011-2013); CAPES/FCT em vigor desde de 2008 e os editais de Convênios Bilaterais de Cooperação Internacional do CNPq nº 020/2004; nº27/2006; nº61/2008; nº 53/2010; a concessão de 1125 bolsas de doutoramento e pós-doutoramento para estudantes do Brasil em Portugal pela FCT entre 2010 e 2012 (FCT, 2013). O gráfico abaixo (Gráfico 1) ilustra a evolução do número de bolsas de doutoramento, pós-doutoramento, estágios sênior e de professor/a visitante concedidas pela CAPES a acadêmicos/as brasileiros/as para Portugal.

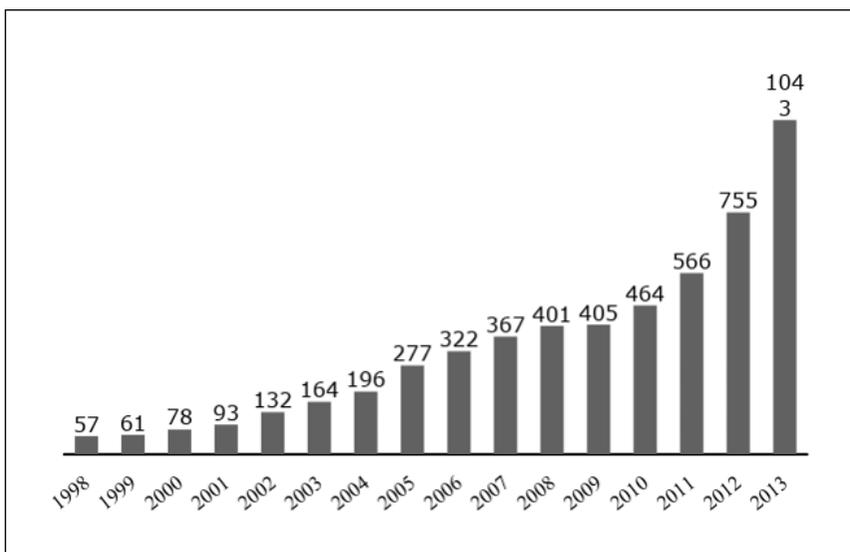


Gráfico 1 – Evolução do número de bolsas CAPES para Portugal (1999-2013)

Fonte: GEOCAPES, 2016 (<http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/#>)

Diante do exposto acima, é possível afirmar que o aumento do número de acadêmicos/as brasileiros/as em Portugal envolvidos/as em programas de mobilidade e cooperação acadêmica inspira inovadoras questões dignas de serem aprofundadas na investigação. Como por exemplo, considerar o potencial das redes e associações acadêmicas como um canal de comunicação privilegiado com o país de origem, e dentro desse âmbito indagar qual o papel dessas redes e associações na experiência de acadêmicos/as brasileiros/as em Portugal? Quais as razões que os levam ao envolvimento ou ao não envolvimento em redes e associações acadêmicas? Quais vantagens e desvantagens que a participação nessas redes e associações pode trazer?

### **3. REDES E ASSOCIAÇÕES ACADÊMICAS E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Uma das vantagens da mobilidade acadêmica é a sua potencialidade e papel na circulação do conhecimento. Com base no conceito de brain circulation (circulação de cérebros) (CIUMASU, 2010; MEYER, 2001, 2003) defende-se que a saída de acadêmicos/as para um país no estrangeiro traria grandes benefícios para o país de origem devido à manutenção de ligações com profissionais e instituições nacionais ou com conacionais localizados em outras regiões do globo. O desenvolvimento, a conservação e o fortalecimento desses vínculos por meio de redes e associações acadêmicas internacionais teria um efeito positivo no reforço da cooperação entre os dois países através da criação de canais de colaboração, promoção de projetos de investigação conjuntos, aumento do número de intercâmbios, convites de coorientações de mestrados e doutorados, bancas e incentivo a publicações em parcerias.

As redes e associações acadêmicas internacionais podem ser definidas como organizações de espaços e ações coletivas promovidas por acadêmicos/as conacionais que se encontram no exterior com o objetivo de fortalecer laços de cooperação, promover atividades acadêmicas autônomas ou juntamente com comunidade acadêmica do país de origem e conacionais em outros países. Mais ainda, podem servir de canal de comunicação com as instituições oficiais do país de origem almejando visibilizar os

principais problemas enfrentados pela diáspora acadêmica no exterior e suas contribuições para a comunidade local. Por fim, as redes e associações acadêmicas também podem apresentar um caráter institucional sendo promovidas e mantidas formalmente por programas oficiais do Estado, como uma política diaspórica (CIUMASU, 2010; FRANÇA & PADILLA, 2016, MEYER, 2001). Entre as atividades que podem ser promovidas pelas redes acadêmicas é possível citar: a organização de eventos e publicações acadêmicas; fóruns de discussão; atividades de apoio e integração para recém chegados/as; a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos membros das redes e associações acadêmicas.

Dentro desta lógica, a conexão negativa da mobilidade acadêmica com o brain drain (fuga de cérebro) é minimizada, uma vez que as redes e associações acadêmicas contribuiriam para a manutenção do vínculo com o país de origem (PELLEGRINO, 2001). O fenômeno do brain drain foi largamente estudado no contexto latino-americano nos anos 50 e 60 (OTEIZA, 1965; VELHO, 2000) e mostrava como na maioria dos casos a saída de acadêmicos/as dava-se no sentido Sul Global-Norte Global, ou seja, de países menos desenvolvidos para países mais desenvolvidos, resultando em efeitos contraproducentes para os países emissores e fortalecendo as desigualdades e assimetrias globais (PELLEGRINO, 2001). Com a saída desses sujeitos o país perderia não apenas mão-de-obra qualificada, mas também os investimentos feitos pelo Estado em educação e formação não seriam devolvidos ao país de origem. Isso porque, os países mais desenvolvidos teriam grande capacidade de atração de mão-de-

obra qualificada devido às melhores ofertas de trabalho (salário, condições laborais, desenvolvimento de carreira) quando comparado com os menos desenvolvidos que, sistematicamente, veriam seus *bests and brights* deixar o país (PELLEGRINO, 2001, 2003).

Com base nas reflexões de Oteiza, Padilla (2010) afirma que o *brain drain* torna-se ainda mais complexo quando se considera que no contexto latino-americano uma parte significativa dos/as acadêmicos que deixaram a região na década de 60 e 70 por motivos de perseguição política e ideológica consequentes dos regimes ditatoriais. Foi apenas com o progressivo restabelecimento do regime democrático nos países da América Latina nos anos 1980 que parte dos/as acadêmicos/as que estava exilados/as retornou ao país de origem, mas parte permaneceu no exterior, o que em alguns casos resultou no desenvolvimento de parcerias formais e informais com os centros dos países de origem.

Durante a década de 1990, o debate sobre *brain circulation* e o crescente reconhecimento da importância das redes e associações acadêmicas ganharam força, oferecendo um sólido contraponto aos discursos sobre o *brain drain* (MEYER, 2001). Além disso, identificou-se que as redes e associações de acadêmicos/as no estrangeiro tinham uma potencialidade para reverter o *brain drain* (CHACKO, 2007; CIUMASU, 2010) (CHACKO, 2007; CIUMASU, 2010). As distintas experiências de cooperação com o país de origem possibilitariam os/as acadêmicos que estão no exterior permanecerem atualizados/as acerca da realidade do país de origem, terem maior contato com a produção acadêmica local e

inserir-se na comunidade nacional, por vezes, formando seus próprios grupos de investigação seguido o regresso. Mais ainda, essas redes e associações funcionariam como um canal de comunicação com o país de origem, no sentido de informar as condições em que os/as acadêmicos/as encontram-se no exterior, quais seus principais obstáculos, suas necessidades e até mesmo de sugerir melhorias para o sistema acadêmico nacional (CIUMASU, 2007; ZWEIG, 2006).

## **4. METODOLOGIA**

O presente estudo utiliza uma metodologia qualitativa, com base em técnicas de entrevista. Os dados recolhidos são resultados do projeto de investigação “Scientific Mobility to and from Portugal: Production and Circulation of Knowledge in Highly-Skilled Immigration” financiado pela Fundação para Ciência e Tecnologia de Portugal e conduzido pelas autoras. O projeto teve início no ano de 2013 e tem como objetivo principal analisar a mobilidade acadêmica e científica para Portugal. Para este capítulo, fez-se um recorte analítico sobre as redes e associações acadêmicas e científicas brasileiras.

Foram analisadas 10 entrevistas concedidas por acadêmicos/as brasileiros/a em Portugal, entre os meses de janeiro a julho de 2014. Igualmente, procedeu-se a análise de entrevistas realizadas em 2015 com representantes da embaixada brasileira em Portugal, um representante do consulado brasileiro no Porto, da Casa do Brasil de Lisboa (CBL) e do Presidente da Associação de

Estudantes e Pesquisadores Brasileiros – APEB-Coimbra.

As entrevistas foram gravadas, depois transcritas e posteriormente analisadas à luz dos pressupostos da análise crítica do discurso (ACD) de Dijk (2010; 2001). Neste sentido, concebe-se o discurso como uma prática social que ao mesmo tempo em que molda é moldada pelo seu redor. Dado a quantidade de informações coletadas e o fato de que algumas das entrevistas apresentavam informações repetidas, uma vez que o ponto de saturação havia sido atingido, apenas excertos mais relevantes serão reproduzidos neste capítulo (FUSCH & NESS, 2015; GUEST et al., 2006).

Ainda que a amostra recolhida não possa ser considerada representativa da comunidade acadêmica e científica brasileira em Portugal, ela oferece elementos importantes para se refletir acerca do fenômeno e se configura como uma das primeiras tentativas de investigar a relação entre investigadores/as do Brasil e as redes e associações acadêmico-científicas no exterior.

## **5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

As entrevistas realizadas com membros da comunidade acadêmica brasileira em Portugal mostram que a sua maioria não tem conhecimento ou contato com redes ou associações acadêmicas formais e que parte significativa dos contatos, seja com outros/as acadêmicos/as, seja com o país de origem, dá-se de maneira informal ou por vias pessoais, constituindo-se em uma ação individual. Como pode-se ver do depoimento a seguir:

Eu não sei de nenhuma rede, acho que até existe, mas eu nunca procurei. Meus contatos são todos com investigadores que conheço em eventos, publicações, mas nada formal. Eu nunca ouvi falar de nada organizado pela embaixada ou pelo consulado! O único programa que eu escuto falar e só mais recentemente é o tal Ciências sem Fronteiras<sup>24</sup>, mas no caso é só para participantes do programa eu acho.

(A. pesquisador, Biologia).

A. é pesquisador de um instituto de ciências Lisboa. Saiu do Brasil no final da década de 1990 para realizar seu doutorado na França a convite de um professor português e em 2002, através do mesmo professor, mudou-se para Portugal. Apesar de manter vínculos com o país de origem por via de projetos e contatos pessoais, não tem nenhum plano de retornar. Seu relato ilustra um total desconhecimento de qualquer atividade que se aproxime de redes ou associações acadêmicas ou da existência de atividades formais promovidas pelo Estado brasileiro voltadas para a comunidade acadêmica. Por um lado reconhece sua falha, no sentido de ele mesmo nunca ter procurado esse tipo de canal, mas por outro aponta também a omissão dos órgãos oficiais, embaixada ou consulados em promover qualquer atividade neste âmbito, ou ainda valorizar a diáspora científica, tal como tem sido feito com políticas de vinculação com a diáspora brasileira através das

---

<sup>24</sup> Em 2011, o governo de Dilma Rousseff lançou um dos programas mais emblemáticos de internacionalização da ciência no Brasil: Ciências sem Fronteiras (CsF). O programa tinha como objetivo promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Tinha como meta conceder 110 mil bolsas de estudos para estudantes e docentes das áreas de ciências e saúde para realizarem atividades de aperfeiçoamento acadêmico no exterior entre os anos de 2012- 2016 (MEC 2016). Em 2017, o programa foi reformulado e passou a abranger apenas estudantes de pós-graduação e teve o número de bolsas reduzido drasticamente para 5000.

conferências de Brasileiros no Mundo (PADILLA, 2011).

Atualmente eu não faço parte de nenhuma associação, não que eu conheça muitas, na verdade só conheço a APEB-Coimbra e até fui membro durante um tempo, mas depois achei que não ia para frente e acabei me desligando. Nem sei bem como cheguei a saber dela (APEB), acho que foi algum amigo que mencionou. A verdade é que a APEB é muito desarticulada porque não tem incentivo e nem reconhecimento de nenhum lado. Eu nem sei quantos membros estão filiados, mas sei que tirando a própria direção ninguém faz nada, eu nem sei se no Brasil já se ouviu falar dessa associação. Nem aqui se escuta muito, só vez por outra. Mas, eu não acho que é culpa do pessoal da APEB não, porque realmente manter uma associação sem nenhuma ajuda ou financiamento é uma tarefa impossível. Mas, também tenho que dizer que o período em que fiz parte (2006) não vi muita vantagem não, por isso que acabei me desligando.

(B. pós-doutoranda, sociologia).

B. é pós-doutoranda em sociologia em um centro de investigação em Lisboa e tem uma bolsa da FCT, sendo que realizou seu doutorado em Coimbra com uma bolsa da mesma instituição. Ela relata sua percepção e experiência com uma associação de pesquisadores estudantes brasileiros, a Associação de Estudantes e Pesquisadores Brasileiros de Coimbra (APEB- Coimbra). Apreende-se de seu relato que apesar de reconhecer o valor e o potencial da associação, sua avaliação é de que a atuação da associação é bastante precária, principalmente pela falta de investimentos financeiros, de interesse dos/das próprios/as brasileiros/as em Coimbra, do governo brasileiro e da Universidade de Coimbra. De acordo com o depoimento de A., a APEB-Coimbra é resultado sobretudo de iniciativas individuais para manter a entidade do que propriamente uma ação associativa local ou transnacional com o objetivo de servir de canal de

comunicação com o Brasil, com a comunidade acadêmica brasileira em Portugal e em outros países. Ainda que se apresente como um ator potencial nas dinâmicas de mobilidade acadêmica, a falta de investimentos, apoio e reconhecimento não permite que esse potencial se desenvolva de forma apropriada.

Algo formal do governo, eu não conheço. Somente de maneira informal, principalmente investigadores que se foram faz muito tempo, quando a estrutura no Brasil não era muito boa, há uns 20-30 anos, e tentaram articular coisas para comunicar-se com o Brasil agora que as coisas estão melhores (...) um amigo do meu pai que trabalha com investigação nos Estados Unidos tenta usar esses programas do Brasil para levar pessoas do Brasil para os EUA e pôr sua investigação em sintonia com a agenda do Brasil. E com o CsF existem muitos investigadores que estão fora e tentam também levar estudantes como, com fundos do Brasil, como uma forma de manter os vínculos e dar visibilidade para o país... Mas, no meu caso, eu não sei de nada disso aqui em Portugal, inclusive existem outros brasileiros no meu centro e eu nem conheço.

(C, Doutorando, Química).

C. é doutorando em química e veio para Lisboa através de uma bolsa financiada pelo instituto português pelo qual está filiado. Seu discurso, em consonância com os anteriores, ilustra mais uma vez que desconhece qualquer associação ou redes de acadêmicos/as brasileiros/as em Portugal e que, ainda que saiba da existência de outros brasileiros/as em seu centro não os/as conhece pessoalmente. Contudo, C. cita vários exemplos de atuações individuais de brasileiros/as que estão no exterior e que buscam aproximar suas atividades com o Brasil através da promoção de intercâmbios. Embora essas iniciativas não contem com apoio formal de instituições ou programas no Brasil, procuram utilizar as

oportunidades e canais existentes, como o caso do programa Ciências sem Fronteiras.

É interessante observar que ao mesmo tempo em que C. parece reconhecer o valor das redes e associações e ter o conhecimento de estratégias para estreitar esses laços e vínculos, ele mesmo não demonstra interesse em se aproximar de outros investigadores/as brasileiros/as que estão no país, ou mesmo de ter procurado alguma associação ou rede na qual fazer parte.

Eu já não tenho mais nenhum vínculo, faz muito tempo que saí. Os contatos que eu tenho são todos pessoais. (...) Eu acho que se eu fosse esperar que alguém fizesse isso (*organizasse uma associação ou rede de investigadores/as brasileiros/as em Portugal*), eu não esperaria que fosse o consulado. Eu esperaria até da Casa do Brasil (*Casa do Brasil de Lisboa – CBL*), mas não do consulado, porque o consulado é sobrecarregado de coisas inúteis. (...) Quando eu estava na Áustria, eu estava pedindo bolsa para ir para qualquer canto fora daquele país, inclusive bolsas brasileiras para continuar em outro país no exterior, eu olhei as regras de umas bolsas brasileiras que encontrei e eu lembro que uma pedia que a prova do TOEFL fosse feita no IBEU<sup>25</sup>, tinha esse grau de especificação, eu mandei um e-mail para o CNPq ou para a CAPES, já não lembro, para pedir a autorização para fazer o TOEFL em Viena, e a resposta me surpreendeu muito que era, porque eu estava no exterior, eu não era elegível para uma bolsa brasileira. Aí eu fui ler as regras de novo e de fato eles falavam que eu não podia estar no exterior para me inscrever numa bolsa brasileira (...). O governo brasileiro tem essa tendência a achar que quem foi para o estrangeiro morreu, inclusive na parte científica.

(D., Professor Associado, Matemática)

D. saiu do Brasil em 2001, com um contrato de pesquisador pós-

---

<sup>25</sup> O Instituto Brasil- Estados Unidos (IBEU) é um renomado instituto que não visa fundos lucrativos que tem como missão promover a difusão da cultura americana nos Brasil através de várias ações, incluindo cursos de inglês ([www.ibeu.org.br](http://www.ibeu.org.br)).

doutorado do governo austríaco para uma universidade em Viena. Após dois anos na Áustria, inscreveu-se para o concurso de pós-doutorado da FCT em 2003 e ao ser contemplado com a bolsa mudou-se para Portugal. Ao final do período de pós-doutorado, em 2009, assumiu uma vaga de professor em uma universidade em Lisboa. Seu discurso ilustra um descontentamento com a ação do Estado brasileiro para com os/as acadêmicos que estão no exterior e também da representação consular em Portugal.

A denúncia de D. de que a saída para uma instituição no exterior condena o/a acadêmico/a brasileiro ao esquecimento e a sanções bastante severas por parte das instituições acadêmicas e científicas do Brasil – como por exemplo a exclusão de seleção de programas de bolsa – aponta para uma compreensão ineficiente e atrasada do governo brasileiro sobre a mobilidade científica.

A referência de R. a Casa do Brasil de Lisboa (CBL) permite iniciar a análise das entrevistas institucionais. A diversidade das instituições no que diz respeito a função, objetivos, reconhecimento e status traduz-se igualmente na pluralidade dos posicionamentos dos/as representantes no que diz respeito à comunidade acadêmica brasileira em Portugal.

As pessoas nos contam suas experiências e conversam conosco, há pouco tempo atrás apesar de não ter partido da Casa do Brasil, a gente também teve bastante solidário aí nas lutas que aconteceram dos estudantes que conversaram com a Dilma quando ela esteve em Coimbra, porque estava tendo um problema real sobre a validação de diplomas, eu sei de casos aqui (...) e a casa do Brasil ouve essas queixas, às vezes, a casa do Brasil é mais procurada por outras pessoas que têm outro tipo de necessidade, os investigadores não nos procuraram muito, apesar de a gente saber que eles também têm problemas. Eu

conheço a associação de Coimbra, mas é muito vai e vem, às vezes estão mais organizados, às vezes menos, mas sempre que a gente faz um evento a gente convida eles, para se entrosar. (...) Mas a gente não tem nada voltado para os investigadores, isso é verdade. Mas também a gente funciona por demanda, e os investigadores pouco vêm aqui (...). Por exemplo, a gente sempre pede as teses dos investigadores/as brasileiros que a gente conhece aqui para deixar um exemplar com a gente, mas poucos deixam. (...) A gente também sede o lugar para quem quer fazer o lançamento de livros ou teses aqui, mas mesmo assim é pouco e ainda por época.

(Representante da Casa do Brasil de Lisboa)

A Casa do Brasil de Lisboa é a mais antiga associação civil de brasileiros/as imigrantes em Portugal, fundada oficialmente em 1992 e tem como objetivo defender os interesses de toda a comunidade imigrante no país, em especial os/as brasileiros/as (CBL, 2017). Não se trata, portanto de uma associação acadêmica, mas indiretamente acaba por estabelecer vínculos com a comunidade acadêmica brasileira no país e, conseqüentemente, tem bastante conhecimento acerca de sua realidade, especialmente no relativo aos problemas que confrontam.

Historicamente, a CBL tem sido reconhecida como uma associação que se dedica às questões dos direitos dos/as imigrantes em uma perspectiva mais política e ativista (CABRAL, 2009; FERNANDES-JESUS et al. 2014). Podese supor que esse fato somado à indefinição quanto à identificação dos/as investigadores/as internacionais como sendo imigrantes (FAVELL, 2014; ROBERTSON, 2010) contribuam para o não reconhecimento da CBL pelos acadêmicos/as como um parceiro potencial.

Porém, apesar disso, o representante deixa claro que há uma abertura e preocupação da CBL com os temas relacionados à comunidade acadêmica brasileira no país. Um exemplo foi o apoio dado no caso das reivindicações dos estudantes por conta da dificuldade em reconhecimento dos diplomas das universidades portuguesas no Brasil em 2011 (G1, 2011). Aponta também uma tentativa de atuação em conjunto com a APEB, reconhecendo seu papel importante no contexto acadêmico, contudo, afirma que o caráter temporário da composição da associação, por vezes, impede a continuidade ou até mesmo a execução de atividades ou ações conjuntas.

O depoimento do representante da APEB-Coimbra reafirma o problema da descontinuidade das ações da associação por conta do fraco envolvimento dos/as acadêmicos/as brasileiros/as.

Infelizmente a atuação da APEB depende muito de quem está na gestão. A nossa gestão que tem pouco mais de um ano conseguiu fazer muita coisa, organizamos uma semana de seminários jurídicos em que mestrandos e doutorandos podiam apresentar seus trabalhos, abrimos um canal de diálogo mais sólido e formal com a Divisão de Assuntos Internacionais da Universidade de Coimbra, nos aproximamos muito do consulado do Porto (...). Algumas outras gestões também fizeram coisas interessantes, mas infelizmente, depende de quem está a frente da associação. Teve tempos em que não havia nada.

(Presidente da APEB-Coimbra).

A APEB-Coimbra foi fundada em 2004, é reconhecida formalmente pelas entidades portuguesas e brasileiras e conta com uma diretoria composta por acadêmicos/as e estudantes brasileiros/as em Coimbra. Ela é equivalente a APEB-Fr na França,

APEB-NI na Holanda; a APEB-UK no Reino Unido e a APEC na Catalunha, Espanha. O principal objetivo da associação é representar e auxiliar pesquisadores/as e estudantes brasileiros/as na cidade de Coimbra (APEB, 2016).

O próprio nome da associação marca o seu campo de atuação, a cidade de Coimbra. Por um lado, tal escolha pode ser vista como uma opção para reforçar a representação local da comunidade acadêmica na Universidade de Coimbra, considerando a importância histórica, a qual se mantém até os dias de hoje como uma das instituições favoritas para os intercâmbios entre Brasil e Portugal (FRANÇA & PADILLA, 2016). Contudo, por outro lado, pode ser visto como um elemento que fomenta um distanciamento das demais associações existentes em outras zonas do país.

Nossa gestão conseguiu se aproximar muito da Divisão de Assuntos Internacionais da UC (*Universidade de Coimbra*) e do consulado, como antes não existia (a divisão internacional), ou pelo menos, eles sempre dizem isso. Eu tenho um contato direto com uma representante do consulado do Porto, que é a nossa jurisdição. Mando e-mails e ela responde imediatamente. (...) O pessoal do consulado está muito preocupado com os casos de xenofobia e estão sempre perguntando, como está tudo por aqui. (...). Mas é isso, um espaço mesmo para discutir coisas, pensar a comunidade brasileira em Coimbra, estratégias, dá visibilidade não tem. E eu acho que já é muita coisa, pensando como era antes e o que temos agora, não é o ideal ainda, mas pelo menos o canal foi aberto.

(Presidente da APEB-Coimbra)

A relação atual da APEB com o consulado brasileiro do Porto<sup>26</sup> e com a Divisão de Assuntos Internacionais da Universidade de

---

<sup>26</sup> Coimbra situa-se sob a jurisdição do consulado do Porto.

Coimbra é vista de forma positiva por parte do presidente, em particular quando comparado com as gestões passadas. Contudo, apesar do reconhecimento formal e da colaboração entre as instituições e a APEB-Coimbra, aparentemente trata-se de uma relação baseada sobretudo em ações pontuais e isoladas, não havendo a construção de um plano/estratégia sólido de cooperação entre as instituições, embora pode ser o primeiro passo nessa direção.

Como principal obstáculo enfrentado pela APEB-Coimbra, o presidente ressalta a falta de apoio financeiro por parte tanto do governo brasileiro – consulado e embaixada – como da Divisão de Assuntos Internacionais da Universidade de Coimbra.

Eu até sei que no consulado há uma verba para o associativismo e essas coisas, mas não é nada fácil ter acesso a esse dinheiro, sempre depende de quem está no governo. As ajudas são sempre pontuais, não há nada garantido. É muito difícil manter e planejar alguma ação nesses termos. Às vezes, quando eu vou ao consulado no Porto, eu pago do meu próprio bolso.

(Presidente da APEB-Coimbra)

Como apontado anteriormente, apesar de haver a formalização da associação perante o consulado e a embaixada, o apoio dado na prática para atuação e promoção de atividades é muito escasso. A falta de apoio econômico compromete de forma marcante a atuação da associação, que não dispõe de fonte de renda permanente, uma vez que os membros não pagam taxa de inscrição ou anuidade.

O depoimento dos representantes da embaixada do Brasil em Portugal sobre a situação da comunidade acadêmica brasileira em Portugal reforça a análise anterior de que o suporte dado pelo órgão a APEB-Coimbra é diminuto.

Representante A: As autoridades da área de ciência e tecnologia é que devem saber alguma coisa sobre a existência de alguma associação, a gente aqui lida principalmente com questões diplomáticas entre os Estados. (...) Nossa atuação é no nível dos Estados (...) Eu não sei se existiria uma associação oficial, eu acho que uma associação desse tipo teria que ser uma associação dos investigadores mesmo.

Percebe-se que o posicionamento da embaixada no que diz respeito a realidade dos/as investigadores/as brasileiros/as em Portugal é distanciado e que parece não haver interação ou diálogo com outros órgãos dedicados a esse assunto. Os entrevistados justificam o seu desconhecimento acerca da existência de redes ou associações de investigadores/as com o argumento de que a principal atuação do órgão é diplomática, ocupando-se, sobretudo, da relação entre o Estado brasileiro e o Estado português. Há também uma tentativa de atribuir o compromisso da organização de redes ou associações principalmente aos/as investigadores/as, retirando do Estado essa responsabilidade.

No que diz respeito a existência de iniciativas por parte da embaixada para congregar ou entrar em contato com os/as acadêmicos/as brasileiros/as que estão em Portugal, em um esforço de criação de identidade e fortalecimento de vínculos da comunidade científica no país e com o Brasil, a declaração dos representantes da embaixada demonstra uma ausência total de

planejamento de ações neste sentido.

Representante B: Mas, acho que tem que ser algo de duas vias também. Acho que existindo associações de brasileiros e eles entrando em contato com a embaixada, ou com consulado, a gente ia ter a maior boa vontade de ter esse conhecimento mútuo.

Representante A: Tem uma muito importante em Coimbra, a APEB

Representante B: Nosso embaixador já foi lá, pelo menos duas vezes, conversar com o pessoal, ouvir as demandas, tentar pelo menos estar juntos e escutar quais as reivindicações e dentro do nosso nível de atuação, atuar.

Assim, os funcionários atribuem as responsabilidades de ação e organização aos/as investigadores/as, colocando a embaixada como uma estrutura receptora e apoiadora dessas atividades e não como um agente promotor. Embora, em um determinado momento se declare que essa deveria ser uma ação complementar da embaixada, é possível identificar uma espera de que os/as investigadores/as se organizem e procurem o órgão oficial para, então, dar início a esse processo de troca e construção.

O exemplo utilizado para mostrar que há abertura por parte do Estado brasileiro, neste caso a embaixada, para esse tipo de parceira mostra o reconhecimento da APEB-Coimbra e a ida do Embaixador a Coimbra para reunir-se com a associação, ambas mostram-se como iniciativas importantes para promover o diálogo entre o Estado Brasileiro e sua diáspora científica. Contudo, a criação ou promoção de ações conjuntas, projetos ou programas não se concretizou.

Ainda com relação aos discursos oficiais, a representante do consulado do Porto, responsável pelos assuntos estudantis, afirma que a instituição reconhece a presença da comunidade acadêmica brasileira em Portugal como de suma importância e ilustra tal afirmação com o exemplo da criação de um setor dedicado apenas para assuntos acadêmicos e estudantis desde 2012, como consequência direta do programa CsF.

Como número de estudante começou a ser tão grande e para o Brasil, especialmente depois do CsF, se criou um canal de atendimento especial. Os estudantes, tirando quem tem atendimento preferencial por lei grávidas e idosos, tirando essas pessoas, o estudante hoje é quem tem um atendimento preferencial aqui no consulado, porque tem um setor específico para eles. (...) Esse setor foi criado especificamente para que estudantes brasileiros que estão em Portugal possam ter seus problemas resolvidos da melhor maneira possível.

A criação de um setor específico para atender a comunidade acadêmica brasileira em Portugal mostra-se como uma iniciativa notável por parte do consulado que indica haver realmente alguma preocupação e interesse por parte da instituição como os/as estudantes e acadêmicos/as que estão no país.

A representante mencionou várias atividades empreendidas pelo setor:

Nós conduzimos uma sessão de esclarecimento feita no início do semestre em todas as universidades da jurisdição do consulado do Porto (que engloba todas as universidades que estão ao norte de Coimbra) comigo e com o cônsul adjunto em que se reúne os/as estudantes e eles colocam suas questões. Nós também fazemos intermediações, por exemplo, com o Serviço de

Estrangeiros e Fronteiras (SEF)<sup>27</sup>, ou até mesmo com o Ministério das Relações Exteriores em Brasília se for preciso. Mas nossa atuação não é ilimitada.

De um lado parece haver um cuidado legítimo do consulado com os estudantes brasileiros/as que estão sob sua jurisdição. Embora tal iniciativa tenha como foco principal a comunidade estudantil brasileira, tendo menos alcance junto a investigadores/as ainda assim mostra-se como um esforço real do consulado para aproximar-se da diáspora acadêmica do país.

Nós divulgamos os trabalhos quando eles chegam até nós (...) Se essas pessoas procurarem a gente, nós temos prazer em ajudar. Mas o consulado não pode fazer muita coisa para cada um dos acadêmicos que estão aqui. A gente está aberto, mas a gente também tem que ser procurado. Mediante a procura, nós atuamos Os acadêmicos é que tem a obrigação de dar visibilidade para as ações deles, nós damos o apoio, se precisam de algum espaço a gente se puder dá esse apoio, mas não depende só da gente. A gente não tem como saber o que está sendo feito. Nós não podemos fazer muita coisa, o que nós temos é a força de convocar a comunidade porque temos um peso grande, mas para isso precisamos que as coisas cheguem até nós (consulado).

Do depoimento da representante do consulado, percebe-se igualmente uma queixa do consulado em relação a falta de procura da comunidade acadêmica pela instituição no sentido de realizar atividades que vão além do papel burocrático do consulado. Segundo ela, o estabelecimento de uma relação nesse sentido deveria partir principalmente dos/as próprio acadêmicos/as, uma vez que são eles/as quem sabem de suas demandas e as necessidades. Neste sentido, a abertura do consulado constitui-se como um primeiro passo para a construção de uma ação conjunta

---

<sup>27</sup> O SEF é o órgão Português responsável pelos assuntos migratórios.

entre o Estado e a comunidade acadêmica brasileira. Contudo, parece haver ainda um descompasso entre o que o consulado pode oferecer e aquilo que a os/as acadêmicos/as esperam, dificultando uma maior cooperação.

A representante do consulado indagou ainda sobre o associativismo brasileiro em Portugal:

O associativismo brasileiro aqui em Portugal não aconteceu muito e é não só com estudantes. E por que? Porque ainda que haja dificuldade, não é tão grande como em outros países onde não se fala português, então o associativismo não se faz tão presente. Por exemplo, no Japão o associativismo é fortíssimo, porque caso contrário você não consegue fazer nada sozinho.

Ainda que as razões apresentadas para o fraco associativismo brasileiro em Portugal sejam mais complexas do que a facilidade linguística mencionada pela representante do consulado, é fato que em Portugal, quando comparado com outros países como Estados Unidos, Espanha ou França, as ações associativas da comunidade brasileira são bastante inferiores (CABRAL, 2009), inclusive no meio acadêmico. Por exemplo, a Associação dos Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na França (APEB-Fr) existe desde 1984 e tem tido uma ação constante e atuante como a publicação de uma revista - Revue Passages de Paris - e a realização de distintos eventos - como o Congresso Europeu de Pós-graduandos e Pesquisadores Brasileiros, Colóquio ou a Associação dos Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na Catalunha (APEC) fundada em 1990 e que no ano de 2017 realizou o XXII Seminário Anual da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na

Catalunha (APEC).

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No caso da comunidade acadêmica brasileira em Portugal, a ação realizada por parte de redes e associações é muito limitada, praticamente inexistente. Há um desconhecimento da maioria dos/as acadêmicos/as que se encontra no país de qualquer ação neste sentido – seja de iniciativas locais organizadas por acadêmicos/as residentes no país, como por exemplo existência da APEB-Coimbra ou a disponibilidade da CBL para parcerias para lançamento de livros ou apresentação de estudos acadêmicos– bem como uma falta de interesse em promover, seja de maneira autônoma ou em colaboração, esses espaços. Identifica-se sobretudo ações individuais e isoladas tanto no que diz respeito a manutenção de vínculos com o país de origem, como de parcerias entre brasileiros/as que desenvolvem suas atividades acadêmicas em Portugal.

A APEB-Coimbra ilustra como a existência de uma associação acadêmica não garante a promoção de um sentimento de comunidade que resulte em atividades de cooperação. Se por um lado a presença da associação no cenário acadêmico português deve ser reconhecida como um referencial importante para a comunidade acadêmica brasileira em Portugal, por outro a falta de suporte concreto dado pelos/as próprios/as brasileiros/as e pelas instituições oficiais do Brasil e de Portugal aponta o pouco

prestígio dado a essa instituição.

Já em relação a CBL, pode-se considerar que, a grandeza dos seus objetivos de atuação – os interesses gerais da comunidade imigrante, mais especificamente a brasileira – dificulte sua dedicação de forma dirigida e detalhada às questões que concernem aos/as acadêmicos/as. Conseqüentemente, gera-se um baixo nível de engajamento entre a associação e a comunidade acadêmica brasileira. Contudo, muitos/as acadêmicos/as brasileiros/as em Portugal acabam por engajar-se com as atividades da CBL, seja através de suas pesquisas – que tanto dão visibilidade à associação, como em alguns casos promovem uma intervenção direta nas suas dinâmicas. Neste sentido, a CBL beneficia-se da comunidade acadêmica brasileira em Portugal, embora envolva-se de forma tímida com as questões desta comunidade no país.

Essa fragilidade e personalismo das redes e associações de acadêmicos/as brasileiros/as em Portugal identificados em nossas entrevistas contribui negativamente para que os investimentos (pessoais e institucionais) feitos para a promoção da mobilidade acadêmica alcancem satisfatoriamente os objetivos planejados – fortalecimento da cooperação internacional, aprendizagem de novas estratégias e dinâmicas de organização de grupos de pesquisa, ampliação da visibilidade da produção brasileira no exterior, aumento dos programas de intercâmbio, crescimento da publicação brasileira em revistas internacionais.

A escassez de canais de diálogo entre o Estado e a comunidade

acadêmica brasileira em Portugal acaba por fomentar um distanciamento da academia nacional, reduzindo as possibilidades de colaboração.

Além disso, ao que parece no Brasil, se a mobilidade internacional se der de maneira independente e autônoma de algum programa oficial do governo, não existe nenhuma iniciativa ou programa promovido pelo Estado brasileiro que permita a manutenção de vínculos oficiais destes acadêmicos/as com o meio acadêmico do país. A inexistência de uma política que promova a integração de acadêmicos/as que estão no exterior através de iniciativas governamentais faz com que o Brasil perca grandes oportunidades de aumentar sua participação no cenário acadêmico internacional.

A criação de um programa oficial de promoção de intercâmbio que enviem acadêmicos/as para centros estrangeiros, neste caso específico de brasileiros/as para Portugal através de iniciativas como o programa Ciências sem Fronteiras, a cooperação CAPES-ICG, a CAPES-FCT ou outros acordos bilaterais não é suficiente para a internacionalização acadêmica de um país. É preciso que as políticas de internacionalização compreendam que a mobilidade acadêmica é um processo longo e complexo que, além do intercâmbio de acadêmicos/as para instituições no exterior, engloba também uma identificação adequada de países parceiros, o acompanhamento das atividades desenvolvidas no estrangeiro, a promoção de canais para a manutenção de vínculos com o país de origem e o repatriamento.

## Referências

ACKERS, L. (2005). Promoting Scientific Mobility and Balanced Growth in the European Research Area. *Innovation: The European Journal of Social Science*, 301–317.

ANÍSIO, T. (1989). *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1989*. RJ: UFRJ.

BAUDER, H. (2015). The International Mobility of Academics: A Labour Market Perspective. *International Migration*, 1(53), 83–96.

CABRAL, A. (2009). As associações de imigrantes brasileiros - espaços de e para a cidadania. *Revista Antropológicas*, 11, 81–92.

CBL, C. do B. de L. (2017). Casa do Brasil de Lisboa. Retrieved from <http://www.casado brasil.info>

CHACKO, E. (2007). From brain drain to brain gain: reverse migration to Bangalore and Hyderabad, India's globalizing high tech cities. *GeoJournal*, 68(2–3), 131–140. <https://doi.org/10.1007/s10708-007-9078-8>

CIUMASU, I. M. (2007). International circulation of talent - a solution for the development of Romania. University of Versailles Saint-Quentin-En-Yvelines, (University within Society).

CIUMASU, I. M. (2010). Turning brain drain into brain networking. *Science and Public Policy*, 37(2), 135–146.

FAVELL, A. (2014). The fourth freedom. *European Journal of Social Theory*, 17(3), 275–289.

FCT, F. para C. e T. (2016). José Mariano Rebelo Pires Gago. Retrieved April 9, 2017.

FERNANDES-JESUS, M., Cicognani, E., & Menezes, I. (2014). Participação cívica e política: jovens imigrantes brasileiros/as em Portugal. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 572–582.

FONSECA, M. L., PEREIRA, S., IORIO, J., & DOMÍNGUEZ-MUJICA, J. (2016). International Mobility of Brazilian Students to Portugal: The Role of the Brazilian Government and University Strategies in Portugal. In *Global Change and Human Mobility*. Springer.

FRANÇA, T., & PADILLA, B. (2016). Acordos bilateral de cooperação acadêmica entre Brasil e Portugal: internacionalização ou (pós)colonização universitária? *Revista UDUAL*, 16(69), 57–73.

FRANÇA, T., & PADILLA, B. (2016). Entre redes associativas formais e iniciativas

personais: uma reflexão sobre mobilidade científica e estratégias de manutenção de vínculo com o país de origen. Workshop Religiones, redes asociativas y prácticas culturales. INAH, Oaxaca, México, 29 de Março a 01 de Abril.

FUSCH, P., & NESS, L. (2015). Are We There Yet? Data Saturation in Qualitative Research. *School of Management Publications*. Retrieved from [http://scholarworks.waldenu.edu/sm\\_pubs/45](http://scholarworks.waldenu.edu/sm_pubs/45)

GUEST, G., BUNCE, A., & JOHNSON, L. (2006). How Many Interviews Are Enough? *Field Methods*, 18(1), 59–82.

HASANEFENDIC, S. (2016). “Brain drain, brain gain... Brain sustain?” Challenges in building portuguese human research capacity. *Sociologia, Problemas E Práticas*, (83), 117–135.

HOSTINS, R. (2006). Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e sua repercussões na Pós-graduação brasileira. *Perspectiva*, Florianópolis, 24(1) 133-160, abr.

IORIO, J. (2014). La movilidad internacional de los estudiantes de educación superior brasileños para Portugal. *RAXIMHAI*, 10(1), 213–235.

LANDMAN, M. (2006). Getting quality in qualitative research: A short introduction to feminist methodology and methods. *Proceedings of the Nutrition Society*, 65, 429–433.

LAUS, S. (2012). A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina. Universidade Federal da Bahia, Bahia.

LAUS, S., & MOROSINI, M. C. (2005). Internationalization of Higher Education in Brazil. In H. de Wit, I. Jaramillo, J. Gacel-Ávila, & J. Knight (Eds.), *Higher Education in Latin America - The International Dimension* (pp. 118–148). Washington, DC: World Bank.

MAZZA, D. (2009). Intercâmbios acadêmicos internacionais: bolsas Capes, CNPq e Fapesp. *Cadernos de Pesquisa*, 39(137), 521–547.

MEYER, J.-B. (2001). Network Approach versus Brain Drain: Lessons from the Diaspora. *International Migration*, 39(5), 91–110.

MEYER, J.-B. (2003). Policy implications of the brain drain's changing face - Google Acadêmico. *SciDev.Net Policy Brief*. Retrieved from <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/APCITY/UNPAN022374.pdf>

OTEIZA, E. (1965). La emigración de ingenieros argentinos dentro del contexto de las migraciones internacionales: un caso de brain drain latinoamericano. *Revista Internacional Del Trabajo*, 72(6).

PADILLA, B. (2010). Algunas Reflexiones sobre las Migraciones Altamente

Cualificada: Políticas, Mercados Laborales e Restricciones, OBETS. *Revista de Ciencias Sociales*, 5(2), 269-291.

\_\_\_\_\_, B. (2011), Engagement Policies and Practices: Expanding the Citizenship of the Brazilian Diaspora. *International Migration*, 49: 10-29

PELLEGRINO, A. (2001). Trends in Latin American Skilled Migration: “Brain Drain” or “Brain Exchange”? *International Migration*, 39(5), 111–132.

\_\_\_\_\_, A. (2003). Migración de mano de obra calificada desde Argentina y Uruguay. Genebra: OIT.

PINA-CABRAL, J. de. (2011). Entrevista a José Mariano Gago: por João de Pina-Cabral. *Análise Social*, (200), 388–413.

RAICES, M. da C., *Tecnología e Innovación Productiva*. (2010). Programa RAICES - una política de estado. Buenos Aires: MINCYT.

RAMOS, M. Y., & VELHO, L. (2011). Formação de doutores no Brasil e no exterior: impactos na propensão a migrar. *Educação & Sociedade*, 32(117), 933–951.

ROBERTSON, S. L. (2010). Critical response to Special Section: international academic mobility. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 31(5), 641–647.

ROMANO, R. (1999). A Crise da Universidade no Governo FHC. *Motrivência*, 0(12), 11–36.

SANTOS, B. de S., & ALMEIDA FILHO, N. (2000). A Universidade No Século XXI. Para Uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina.

SOEIRO, J., & CAMPOS, A. (2011). Portugal un país inviable? Dimensionés e perspectivas da crise. *Tempo Exterior*, XXI (II)(22), 125–134.

SOUSA, F. de. (2000). Portugal e a União Européia. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(2), 192–200.

DIJK, T. (2010). *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto.

DIJK, T. A. (2001). Multidisciplinary CDA: a plea for diversity, 95–120.

VARELA, A., DOMINGUES, H., & COIMBRA, C. (2013). A circulação internacional dos cientistas brasileiros nos primeiros anos do CNPq (1951-1955). *Revista Brasileira de História Da Ciência*, 6(2), 301–309.

VELHO, L. (2000). Redes regionales de cooperación en CYT y el mercosur. *Redes*, 15(7), 112–130.

ZWEIG, D. (2006). Learning to Compete: China's Efforts to Encourage a Reverse Brain Drain. *International Labour Review*, 145(1/2), 65–90.